

LIVROS DIDÁTICOS E A ESCRITA DA HISTÓRIA

*ALMIR FÉLIX BATISTA DE OLIVEIRA**

O presente texto tem por objetivo examinar as relações entretidas no Brasil entre a historiografia de ponta (historiografia acadêmica e universitária) e a historiografia didática, ou seja, a escrita destinada ao consumo dos alunos e professores do ensino fundamental.

Aqui, a historiografia de ponta é entendida como a escrita da história produzida em instituições profissionais de pesquisa, com vistas ao avanço do conhecimento na área de história, que faz uso das mais sofisticadas problemáticas, fontes e estratégias metodológicas com a intenção de registrar a experiência dos homens em suas mais variadas dimensões. A historiografia didática, por outro lado, é a escrita da história destinada à formação da consciência histórica, que ocorre, majoritariamente, segundo consensos psicológicos e historiográficos, na segunda infância e na juventude.

As relações entre ambas podem ser estabelecidas e são conhecidas de ambos os profissionais. São relações de similaridades e de diferenciação. A historiografia de ponta e a historiografia escolar são semelhantes porque se estruturam sobre narrativas (princípio básico da exposição histórica). Ambas são condicionadas pelos paradigmas vigentes e, por fim, as duas ganham concretude através de um gênero textual praticado tanto pelos saberes escolares quanto pela ciência de referência: a síntese.

Historiografia de ponta e historiografia didática, por outro lado, se diferenciam bastante. O texto didático é condicionado pela legislação de ensino, finalidades, conteúdos, carga horária, diretrizes pedagógicas, legislação inclusiva entre tantos outros configuradores da cultura escolar. A historiografia de ponta, ao contrário, é construída em ambiente de relativa liberdade temática, conceitual e metodológica, sofrendo, apenas, as injunções dos corpos de profissionais e de suas instâncias de reprodução, ou seja, suas instâncias corporativas e os cursos de formação inicial e continuada (no século XX, cursos universitários).

* PPGH/PUC-SP

Não obstante as diferenças e semelhanças, a historiografia didática sofre com as várias imperfeições que a ela são atribuídas pelos autores da historiografia de referência. É constantemente acusada de desatualização, erros crassos e até mesmo de ecletismo teórico. Este projeto debruça-se sobre esse problema. Seu objetivo inicial (geral) é investigar essa tensa relação entre a historiografia de ponta e a historiografia didática que são, ao dizer de Rusen (2007, p. 12-13), faces de uma mesma moeda, já que os historiadores eruditos escrevem para alguém e esse alguém, majoritariamente é o homem comum, o cidadão e o cidadão em formação que aqui chamamos de aluno.

A historiografia didática é parte integrante da área de Ensino de História. Área de pesquisa já há bastante tempo consolidada no Brasil, que em termos de pesquisas em relação aos livros didáticos restringiam-se basicamente a seguinte conclusão: “*as avaliações que preponderam sobre livros didáticos no Brasil, são o que poderíamos chamar de historiografia da falta*” (Cf. Oliveira, 2003, ver p 72). Discorria-se sobre a falta de atores sociais não brancos, da falta dos movimentos sociais, da condição de exclusão das mulheres enquanto personagens da história, perpassando pela discussão sobre o conceito de nação, ideologia subjacente ao livro.

Isso não ocorrendo somente em História, como também em vários outros campos do conhecimento, os empreendimentos que se propõem analisar os livros didáticos, com raríssimas exceções, se referem aos erros cometidos pelos mesmos ou à inexistência de temas em outros (Cf. Munakata, 1997, p 20):

De fato, os dados colhidos pelo *Projeto Livro Didático*, embora já desatualizados, mostram que dos 426 títulos pesquisados sobre livro didático, entre livros, artigos, teses, eventos etc. (alguns deles catalogados mais de uma vez), 256 (60%) classificam-se na rubrica conteúdo/método (cf Unicamp 1989). Desses, uma parte não desprezível dedica-se a denunciar a ideologia dominante subjacente nos livros didáticos – o que contribuiria para a manutenção e a reprodução da dominação burguesa. Variante desse enfoque são as análises que desmascaram os preconceitos raciais, culturais e sexuais que se insinuam nos livros didáticos.

Não por acaso, os livros de História e disciplinas correlatas (como Estudos Sociais), são particularmente visados por essa vertente de análise. Segundo Cordeiro (1994), nos anos 70 e 80 publicaram-se, entre artigos e livros, 13 textos sobre livros didáticos de História, cuja “maioria [...] tem operado em termos de análise ideológica, examinando os seus textos quanto à consistência teórica e aos conteúdos veiculados” (p. 141). Os títulos e os subtítulos de algumas dessas publicações já indicam o teor das acusações: “versão fabricada”, “história mal contada”, “belas mentiras”

As pesquisas atuais tem tomado outros caminhos, principalmente no tocante a formação da chamada consciência histórica e o papel desse material na formação do chamado modo de pensar historicamente pelos educandos. Aqui, não nos interessamos pela denúncia, apenas. Queremos compreender os mecanismos pelos quais são transmitidos os saberes produzidos nas academias e universidades para as obras didáticas destinadas aos alunos do ensino fundamental menor, primeira fase do ensino fundamental, primário, entre outras denominações. E compreender tais mecanismos pode ser traduzido, no âmbito deste projeto, como mensurar quais os conteúdos conceituais substantivos são produzidos pela historiografia de cada época, quais as formas de apropriação desses saberes, transformados em conteúdos escolares, e, por fim, quais os resultados dessa aproximação em termos de mudanças e permanências. Mais especificamente entender como os conceitos de memória, patrimônio histórico, história local e a metodologia da educação patrimonial são utilizados para o processo de didatização da história.

Compreendemos obras didáticas ou livros didáticos segundo a definição do Professor Itamar Freitas:

Livro Didático é um artefato impresso em papel que veicula imagens e textos em formato linear e seqüencial, planejado, organizado e produzido especificamente para uso em situações didáticas, envolvendo predominantemente alunos e professores com a função de transmitir saberes circunscritos a uma disciplina escolar (FREITAS, 2009: 12).

E em face disso, gostaríamos de ressaltar alguns aspectos importantes a respeito do livro didático e da escrita da história, no que concerne este trabalho de pesquisa. Em primeiro lugar, é necessário reafirmar que a História, sobretudo por meio dos livros didáticos, cumpre uma função social altamente relevante que é a formação para a orientação individual e coletiva do ser humano, do cidadão brasileiro – formação da consciência histórica. Seguindo tal pressuposto, é forçoso afirmar que esta pesquisa pode oferecer contribuições significativas à historiografia de referência na medida em que põe em questão os problemas, objetos, fontes e abordagens manipulados pelos historiadores de ofício – ou seja, faz história da historiografia (uma reflexão dos historiadores sobre o seu próprio saber).

Em segundo lugar, a pesquisa expõe uma face pouco discutida entre os historiadores que é a relação entre historiografia e memória. Este trabalho será conduzido dentro da concepção de que a escrita da histórica constitui uma memória histórica, ou seja, cria, recria, refunda, apaga e secundariza outras (Cf. Catroga, 2001).

Por fim, estudar as formas de apropriação da historiografia de referência pela historiografia didática pode resultar na produção estratégias que viabilizem a comunicação de conteúdos conceituais que contribuam para a melhoria da qualidade dos livros didáticos brasileiros, considerados como principal tecnologia de ensino para a maioria dos professores.

Além dos livros didáticos (da Área de História) analisados pelo Programa Nacional do Livro didático – PNLD (programa instituído pelo Ministério da Educação para a avaliação dos livros didáticos adquiridos por este para serem distribuídos nas escolas públicas brasileiras), dos Guias dos Livros Didáticos, de documentos concernentes aos processos de avaliação, utilizaremos também como fonte de pesquisa os Editais de Convocação para Inscrição no Processo de Seleção de Livros Didáticos produzidos pela Comissão Técnica[†] que assessora o Ministro da Educação no tocante a compra e utilização de materiais didáticos pelo MEC.

Os editais aqui analisados foram elaborados para os processos de avaliação realizados pelo PNLD nos anos de 2004 e 2007 e se intitulam Edital de Convocação para Inscrição no Processo de Seleção de Livros Didáticos e Dicionários da Língua Portuguesa a serem incluídos no “Guia de Livros Didáticos de 1ª a 4ª Séries – PNLD/2004” e Edital de Convocação para Inscrição no Processo de Avaliação e Seleção de Obras Didáticas a serem incluídas no “Guia de Livros Didáticos de 1ª A 4ª Série do PNLD/2007”, respectivamente. Documentos oficiais, estes editais configuraram-se como o ponto de partida dos processos de avaliação, pois foi a partir dos seus lançamentos que as editoras puderam em um tempo pré-estabelecido inscreverem as suas obras para a avaliação do PNLD. Têm por função nortear a produção desses livros, indicando critérios que podem ou não levá-los a exclusão nos processos de avaliação. Objetivam também garantir um padrão mínimo de qualidade nos

[†] A Comissão Técnicas que assessora o Ministro da Educação no tocante a compra e utilização de materiais didáticos pelo MEC é composta por professores representantes das áreas de conhecimento que compõem o PNLD, sendo um professor de História, um de Geografia, um de Ciências, um de Português e um de Matemática. Sua escolha e nomeação é de livre escolha do ministro e se dar por publicação em Diário Oficial antes de cada processo avaliativo.

XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA

Conhecimento histórico e diálogo social

Natal - RN • 22 a 26 de julho 2013

ANPUH
BRASIL

materiais a serem adquiridos e distribuídos pelo MEC. Ao mesmo tempo em que os editais não definem os conteúdos que devem estar presentes no livro didático, esses documentos terminam por colaborar na conformação de um tipo de livro principalmente pelas suas preocupações no que tange a definição de uma serie de critérios eliminatórios, classificatórios e de preceitos éticos.

Começaremos apresentando a estruturação dos dois editais e posteriormente realizaremos alguns comentários sobre mudanças observadas de um edital para o outro. Assinalamos que além desses dois editais será analisado comparativamente, constituindo-se como, parte de um capítulo da tese de doutoramento, o Edital de Convocação para Inscrição no Processo de Seleção de Obras Didáticas Para o Programa Nacional do Livro Didático – PNLD 2010.

Os dois editais estão estruturados da seguinte forma:

Edital PNLD – 2004:	Edital PNLD – 2007:
Parte Geral – comum a todas as áreas do conhecimento. Constando: 1 – Objeto 2 – Período – Pré-inscrição e Inscrição 3 – Procedimentos 4 – Inscrição: - Entrega da documentação - Local de entrega - Entrega das obras - Livros didáticos e manuais do professor - Exemplares caracterizados e descaracterizados 5 – Etapas do Processo de Seleção das Obras: - Triagem – Atualmente que faz é o IPT – Instituto de Pesquisas Tecnológicas - Pré-análise e Avaliação Pedagógica - Pré-análise - Avaliação Pedagógica – Norteada pelos Princípios e Critérios para Avaliação – Guia de Livros Didáticos - Escolha das Obras Didáticas 6 – Etapas do Processo de Aquisição e Distribuição 7 – Disposições Gerais ANEXO I - Especificações Técnicas Mínimas; ANEXO II - Triagem: Conceitos, Análise de Estrutura Editorial e Critérios de Exclusão; ANEXO III - Princípios e Critérios para Avaliação de Livros Didáticos e Dicionários da Língua Portuguesa; ANEXO IV - Declaração de Edição; ANEXO V - Declaração de Originalidade; ANEXO VI - Declaração de Revisão e Atualização da Obra; e ANEXO VII - Ficha de Correção da Obra.	Parte Geral – comum a todas as áreas do conhecimento. Constando: 1 – Objeto 2 – Prazos – Cadastramento dos Titulares de Direito Autoral, Pré-inscrição e Inscrição 3 – Caracterização das Obras 4 – Condições de Participação 5 – Procedimentos Cadastramento dos Titulares de Direito Autoral Pré-inscrição Inscrição: - Entrega da documentação - Local de entrega - Entrega das obras - Livros didáticos e manuais do professor - Exemplares caracterizados e descaracterizados 5 – Etapas do Processo de Seleção das Obras: - Triagem – Atualmente que faz é o IPT – Instituto de Pesquisas Tecnológicas - Pré-análise e Avaliação Pedagógica - Pré-análise - Avaliação Pedagógica – Norteada pelos Princípios e Critérios para Avaliação – Guia de Livros Didáticos - Escolha das Obras Didáticas 6 – Etapas do Processo de Aquisição e Distribuição 7 – Disposições Gerais a) Anexo I – Triagem b) Anexo II – Modelo de Declaração de Edição c) Anexo III – Modelo de Declaração de Originalidade d) Anexo IV – Modelo de Declaração de Inscrição em Primeira Avaliação e) Anexo V – Modelo de Declaração de Reinscrição f) Anexo VI – Modelo de Declaração de Revisão e

XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA

Conhecimento histórico e diálogo social

Natal - RN • 22 a 26 de julho 2013

ANPUH
PARÁ

	Atualização da Obra g) Anexo VII – Modelo de Ficha de Correção da Obra h) Anexo VIII – Especificações Técnicas Mínimas para Produção das Obras i) Anexo IX - Princípios e Critérios para a Avaliação das Obras de 1ª a 4ª Série – PNLD/2007
O Anexo III – contém as especificidades concernentes as áreas do conhecimento O Anexo III é assim composto: 1 – Livros Didáticos: - Introdução - Princípios Gerais Critérios Comuns: - Eliminatórios - Classificatórios	O Anexo IX – contém as especificidades concernentes as áreas do conhecimento O Anexo IX é assim composto: 1 – Livros Didáticos: - Introdução Critérios Comuns: - Eliminatórios Correção dos conceitos e informações básicas Coerência e adequação metodológicas Preceitos éticos - Classificatórios

Quanto à área do conhecimento específico, ou seja, a área de História, tanto para o Edital 2004 quanto para o Edital 2007 mantiveram-se os princípios gerais que norteiam o ensino de História conforme explícitos nos mesmos:

O ensino de História para os primeiros anos de escolaridade pauta-se primordialmente pelos objetivos do ensino fundamental que são, em última análise, os esforços para propiciar a todos os alunos a formação básica necessária para o exercício da cidadania, auxiliando-os a se tornarem conscientes de seu papel na sociedade. Nesse sentido, aos conteúdos históricos apresentados e desenvolvidos deverão se somar às estratégias adequadas que auxiliem a criar condições de aprendizagem para o desenvolvimento da capacidade de compreender a trama social que caracteriza a sociedade em que vivemos. (Cf. Edital 2007, p.45)

Manteve-se também o objetivo central da História:

Que é a compreensão dos diferentes processos e sujeitos históricos, das relações que se estabelecem entre os grupos humanos, nos diferentes tempos e espaços, sempre a partir de uma efetiva dimensão de contemporaneidade. A História é um processo de compreensão humana das diferentes e múltiplas possibilidades existentes na sociedade, a partir da experiência do presente. O livro de História, portanto, deve possibilitar ao aluno a compreensão ativa da realidade, que é condição para o desenvolvimento e a formação da cidadania.
(Cf. Edital 2007, p.45)

Outra questão importante observada nos editais é o papel do livro didático como facilitador da aprendizagem histórica:

O livro didático, como um dos instrumentos utilizados na prática escolar, não pode ser a exposição fria e mecânica de conhecimentos adquiridos e transmitidos. Tendo por objetivo desvendar a experiência dos homens no tempo, em sociedade, e

empreender a compreensão ativa da realidade social, a História quer ser um elemento de tomada de consciência para as pessoas que a ela se achegam. Assim, o texto deve ser capaz de envolver o aluno, considerado como sujeito que tem consciência de estar, a seu modo, fazendo História. (Cf. Edital 2007, p.45)

Na leitura comparativa entre os dois editais podemos observar algumas mudanças/ampliações significativas (inclusive se tomarmos a produção desses documentos dentro de uma linha de aperfeiçoamento do processo avaliativo) nos documentos. Nos chamados Critérios Eliminatórios se mantêm basicamente os mesmos procedimentos do Edital de 2004, excetuando-se uma mudança do tópico **Contribuição para a construção da cidadania** para **Preceitos Éticos** com a inclusão de mais um item além dos outros quatro existentes, sendo este novo o seguinte: *despertar para a historicidade das experiências sociais, trabalhando conceitos, habilidades e atitudes, na construção da cidadania.* (Cf. Edital 2007, p.51)

Nos chamados Critérios de Qualificação podemos observar três grandes mudanças/ampliações. O Edital de 2004 em um dos critérios diz o seguinte:

O livro didático não poderá incorporar estereótipos como a identificação exclusiva da História a alguns heróis ou a utilização de caricaturas, de períodos ou de personagens, o que é extremamente nocivo ao ensino de História. Também não pode reduzir a História à identificação exclusiva a datas e fatos. É imperioso que evite simplificações explicativas seja de cunho valorativo, processual, comparativo, ou teórico conceitual. Em vista da própria historicidade do conhecimento, e sua constante atualização, não é possível a identificação da história narrada a uma verdade absoluta. (Cf. Edital 2004, p. 44/45)

O Edital de 2007 além de manter basicamente todo o texto, incorpora nessa discussão a não restrição (em relação a identificação) à memória individual ou de grupos, fato que pode prejudicar o ensino de História. Outra questão nesse ponto é que em contrapartida a possibilidade de identificação da história narrada com uma “verdade absoluta” seja a busca de um “relativismo total” com desvalorização da construção dos conhecimentos, inclusive de cunho científico, como se o saber se equivalesse a uma verdade individual.

A preocupação com o manual do professor é outra questão importante. O Edital de 2004 traz a seguinte proposição:

É importante que o Manual do Professor não seja apenas mera reprodução do livro do aluno, com resoluções de exercícios. O Manual cumprirá melhor sua função se oferecer: orientação teórica, informações adicionais, bibliografia diversificada,

sugestões de leituras e de outros recursos que contribuam para a formação e atualização do professor, além de orientação visando à articulação dos conteúdos do livro entre si e com outras áreas do conhecimento. Deve conter proposta e discussão sobre avaliação da aprendizagem e sugestões de atividades e de leituras para os alunos. (Cf. Edital 2004, p.45)

O Edital de 2007, além de em linhas gerais manter as especificações do Edital de 2004 em relação ao manual do professor, insiste no fato do autor deixar bastante clara sua opção teórica e metodológica. Lembra o papel que o manual tem no desenvolvimento da leitura docente como parte constitutiva do seu trabalho e estimula a utilização por parte do professor do seu local de atuação (cidade, bairro, sítio) como fonte de recursos e materiais didáticos, bem como, a utilização de museus, arquivos, praças, meio ambiente, além da cultura material.

Outra preocupação do Edital de 2007 e não presente no Edital de 2004 e quanto ao chamado livro regional, cuja referência é feita da seguinte maneira:

Os livros regionais, destinados ao ensino de História, em seus recortes locais (municipal ou estadual), devem garantir os mesmos critérios acima relacionados. No estudo das suas especificidades de recorte histórico-geográfico, não devem apresentar regionalismos, ou seja, visões estereotipadas da diversidade brasileira, seja por meio do texto ou imagens utilizadas. (Cf. Edital 2007, p.45)

Bibliografia:

Livros:

CARBONELL, Charles-Olivier. Histoire, histoire et historiographie. **In: Histoire et historiens: une mutation idéologique des historiens français (1865-1885)**. Toulouse: Privat, 1976. pp. 35-44.

CATROGA, Fernando. **Memória, História e Historiografia**. Coimbra: Quarteto, 2001.

CHARTIER, Roger. Textos, impressos, leituras. **In: História cultural: entre práticas e representações**. Lisboa: DIFEL, 1990. pp. 121-139.

CHARTIER, Roger. **Cultura escrita, literatura e história**. 2 ed. México: Fondo de Cultura Economica, 2000.

FREITAS, Itamar de. Livro didático de História: definições, representações e prescrições de uso. **In: Livros didáticos de História: escolhas e utilizações**. Natal: EDUFRRN, 2009.

LE GOFF, Jaques. A história como ciência: o ofício de historiador. **In: História e memória**. Campinas: Editora da Unicamp, 1992. pp. 105-127.

XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA

Conhecimento histórico e diálogo social

Natal - RN • 22 a 26 de julho 2013

ANPUH
BRASIL

MUNAKATA, Kazumi. **Produzindo livros didáticos e paradidáticos**. São Paulo, 1997. Tese (Doutorado em História e Filosofia da Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

OLIVEIRA, Margarida Maria Dias de. **O Direito ao Passado: uma discussão necessária à formação do profissional de História**. Recife, 2003. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Pernambuco

RÜSEN, Jörn. **História viva: Teoria da História III - formas e funções do conhecimento histórico**. Brasília: Editora da UnB, 2001.

RÜSEN, Jörn. **Razão histórica: Teoria da História - os fundamentos da ciência histórica**. Brasília: Editora da UnB, 2001.

Documentos:

Edital de Convocação para Inscrição no Processo de Seleção de Livros Didáticos e Dicionários da Língua Portuguesa a serem incluídos no “Guia de Livros Didáticos de 1ª a 4ª Séries – PNLD/2004”.

Edital de Convocação para Inscrição no Processo de Avaliação e Seleção de Obras Didáticas a serem incluídas no “Guia de Livros Didáticos de 1ª A 4ª Série do PNLD/2007”.